



Companhia Brasileira de Amarras – BrasilAmarras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2020

Com o relatório dos auditores independentes

Companhia Brasileira de Amarras – BrasilAmarras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais 6

Demonstrações dos resultados 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Quotistas da
Companhia Brasileira de Amarras – BRASILAMARRAS S.A
Niterói – RJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Amarras – BrasilAmarras S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Amarras – BrasilAmarras S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia não efetuou desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos, a revisão da vida útil do ativo imobilizado. De acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, a Companhia deve revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

A Companhia optou em manter os saldos de parcelamentos tributários pelo valor principal na data dessas demonstrações financeiras, destacando os juros e multas como “juros a incorrer” em conta redutora do saldo atualizado. De acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 46 – Mensuração a valor justo, os passivos devem ser reconhecidos pelo seu valor de transferência/pagamento. Como consequência, os passivos e o patrimônio líquido da Companhia encontram-se subavaliados e superavaliados, respectivamente.

Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia possui no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, créditos de PIS e COFINS provenientes de suas operações normais sem compensação há mais de 5 anos. A administração da Companhia nos informou que os pedidos de restituição dos valores foram formalizados através de PERDCOMP (Pedido de Restituição/Declaração de Compensação) à época, porém não nos apresentaram em tempo hábil para análise. Diante disso, não conseguimos garantir que os valores de R\$634 mil e R\$2.868 mil de PIS e COFINS, respectivamente, estão aptos à compensação e não prescritos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2021

Crowe Macro Rio Auditores e Consultores LTDA
CRC-RJ-008445/O



Ana Lucia Leal

Contador – CRC RJ 079.699/O-4



Luciana Toniolo Meira

Contador – CRC 1 SP 254.829/O-8

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS - BRASILAMARRAS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	38	28	Empréstimos e financiamentos	10	12.495	10.985
Contas a receber	5	10.287	41.165	Fornecedores	11	9.138	15.834
Partes relacionadas	6	2.945	-	Adiantamentos de clientes	12	78	32.350
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	-	978	435	Salários, provisões e encargos sociais	13	6.464	5.051
Impostos a recuperar	7	28.012	23.231	Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	332	586
Estoque	8	8.149	2.153	Parcelamento de débitos fiscais	15	1.932	1.100
Outros créditos	-	109	337	Partes relacionadas	6	24.059	2.602
		50.518	67.349			54.498	68.508
Não Circulante				Não Circulante			
Impostos a recuperar	7	1.300	1.300	Partes relacionadas	6	1.138	953
Impostos diferidos	16	9.665	3.670	Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	-	2.104
Depósitos judiciais e cauções	17	839	886	Parcelamento de débitos fiscais	15	10.817	12.710
		11.804	5.856			11.955	15.767
Imobilizado				Patrimônio Líquido			
Intangível	9	49.348	42.594	Capital social	18	47.824	26.820
	-	32	37	Reserva de capital	-	2.867	2.867
		49.380	42.631	Reserva de lucros	-	-	1.874
		61.184	48.487	Prejuízos acumulados	-	(5.442)	-
						45.249	31.561
Total		111.702	115.836	Total		111.702	115.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Demonstrações dos resultados dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	19	38.729	44.099
Custo dos serviços prestados	-	(31.509)	(33.986)
Lucro bruto		7.220	10.113
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(7.366)	(8.483)
Honorários e gratificações dos administradores	-	(1.634)	(1.370)
Despesas com vendas	-	(1.120)	(640)
Despesas tributárias	-	(2.351)	(407)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	21	11.785	245
		(686)	(10.655)
Resultado antes do resultado financeiro		6.534	(542)
Receita financeira	22	2.352	2.400
Despesa financeira	22	(22.197)	(8.594)
Resultado financeiro líquido		(19.845)	(6.194)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.311)	(6.736)
Imposto de renda e contribuição social	16	5.995	573
Prejuízo do exercício		(7.316)	(6.163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais (R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Especial	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.489	2.867	-	6.577	-	17.933
Aumento de capital	18.331	-	-	-	-	18.331
Reserva especial	-	-	1.460	-	-	1.460
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.163)	(6.163)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(6.163)	6.163	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.820	2.867	1.460	414	-	31.561
Aumento de capital	21.004	-	-	-	-	21.004
Reserva especial	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.316)	(7.316)
Reserva de retenção de lucros	-	-	(1.460)	(414)	1.874	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	47.824	2.867	-	-	(5.442)	45.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais (R\$)

	2020	2019
Fluxo de caixa proveniente das operações:		
Prejuízo do exercício	(7.316)	(6.163)
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Depreciação e amortização	399	779
Juros e variação cambial sobre empréstimos, não realizados	1.101	2.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.995)	573
	(11.811)	(2.432)
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber e adiantamentos de clientes	30.878	(11.088)
Adiantamento a fornecedores e terceiros	(543)	3.225
Impostos a recuperar	(4.781)	(4.572)
Estoques	(5.996)	(208)
Outros ativos circulantes e não circulantes	275	1.986
Fornecedores e contas a pagar	(6.696)	1.227
Adiantamento de clientes	(32.272)	8.243
Salários e encargos sociais	1.413	(2.035)
Impostos, taxas e contribuições	(2.358)	(833)
Parcelamento de débitos fiscais	(1.061)	2.763
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(32.952)	(3.724)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aumento de imobilizado e intangível	(7.148)	(5.202)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	(7.148)	(5.202)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	30.906	38.423
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(30.497)	(37.914)
Aumento de capital	-	5.487
Partes relacionadas	39.701	2.845
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	40.110	8.841
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	10	(85)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28	113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38	28
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	10	(85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia Brasileira de Amarras - BRASILAMARRAS (“Companhia”) foi constituída em 4 de outubro de 1976 e tem por objetivo social principal a fabricação, comercialização, importação, exportação, manutenção, recuperação, instalação e conservação de amarras, âncoras e correntes em geral, podendo proceder à importação, bem como à execução e ao desenvolvimento de estudos e projetos tecnológicos compatíveis com a sua linha de produção industrial e a compra e venda de marcas e patentes que se relacionem direta e indiretamente com o seu objeto social. A Companhia tem sede na Rua Engenheiro Fábio Goulart, 40, na Ilha da Conceição, Cidade de Niterói, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada pelo grupo espanhol Vicinay que detêm 99,999% das ações ordinárias, através da empresa Vicinay Marine S/L.

A Administração da Companhia vem trabalhando na sustentabilidade de seu fluxo de caixa oriundo das operações bem como no aumento de seu resultado operacional, visando garantir a continuidade das operações.

No decorrer de 2017, a Companhia realizou uma reestruturação de seus passivos com aportes de capital da sua sócia Vicinay Marine S/L. Com isso, sua estrutura de capital sofreu uma considerável melhora. Além disso, no início de 2019, obteve novos contratos com clientes que mantém as operações da Companhia.

Impactos da Pandemia Covid-19

Conforme mencionado no relatório de 2019, a rápida propagação da pandemia relativa à Covid-19 causou a paralisação do fornecimento de matéria-prima e outros insumos, impactando de forma significativa as operações da companhia ao longo do primeiro semestre de 2020, resultando em paradas de produção, gerando uma redução na receita orçada. Além disso, o impacto causado também em nos clientes afetou de forma significativa os preços praticados no mercado.

Desde o início da pandemia, em março de 2020, a Companhia não mediu esforços para garantir a proteção de seus colaboradores, adotando o regime de Home Office. No segundo semestre de 2020, com a liberação ao trabalho presencial pelas autoridades públicas, a Cia adotou medidas de segurança conforme as recomendações dos órgãos sanitários, conseguindo desta forma mitigar os impactos da pandemia, obtendo um cenário mais positivo para 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas, entre outros, pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de dispositivos complementares emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de maio de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Resultado abrangente

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

2.5. Moeda funcional

A moeda funcional da Empresa é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera; as principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local (reais).

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e contas a receber classificados como mensurado subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Empresa estão substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos adiantamento de clientes, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3.2. Reconhecimento das receitas e dos custos de construção de amarras

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos.

As receitas de vendas são apropriadas no resultado com base no percentual de execução da construção das amarras, determinado através de relatório realizado pelo Departamento de Engenharia da Companhia, e os custos de construção das amarras são apropriados ao resultado com base nos gastos efetivamente incorridos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo

de mudança de valor. São avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao preço da transação, deduzidas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração das perdas estimadas em contas a receber de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o seu valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pelas taxas de depreciação fiscais vigentes. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de ativo imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração de resultado no exercício que o ativo foi baixado.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos nas datas dos balanços para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições

vigentes de mercado quanto ao período de “impairment” do capital e os riscos específicos do ativo.

A Companhia avaliou a existência de indicativos e não identificou gatilhos para a constituição de provisão para impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescido das variações cambiais, quando aplicáveis, incorridas até a data do encerramento do exercício.

3.9. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (‘pro rata temporis’).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício social.

3.10. Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro – corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a Empresa optou pelo regime de lucro real.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3.11. Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais que provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

3.13. Ajustes a valor presente

A Empresa analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante. Portanto, não houve impacto dessa natureza nas demonstrações financeiras.

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 R2)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais de locação, identificou impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

(ii) ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (*IAS 12 Income Taxes*) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

Esta interpretação entrou em vigor a partir de períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019 e seus impactos foram avaliados pela Administração não resultando impacto nas demonstrações financeiras.

5. Contas a receber

Descrição	2020	2019
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás	9.977	-
SOFEC INC	-	41.076
Outros	310	89
Total	10.287	41.165

A Administração acredita que não é necessária provisão para perda de créditos esperada referente aos valores faturados para terceiros.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

6. Partes Relacionadas

Descrição – ativo circulante	2020	2019
Contas a receber		
Vicinay Marine Sociedad Limitada	2.945	-
Descrição – Passivo Circulante	2020	2019
Fornecedores	499	228
Vicinay Cadenas S.A.	210	126
Vicinay Marine Sociedad Limitada	86	61
Vicinay Sestão S.A	57	41
Vicinay Marine Innovación	146	-
Adiantamento de clientes	23.560	2.374
Vicinay Marine Sociedad Limitada	23.560	2.374
Total	24.059	2.602
Descrição – Passivo Não Circulante	2020	2019
Mútuos		
Gaia Incorporações Limitada	500	500
Vicinay Marine Sociedad Limitada	638	453
Total	1.138	953

Os saldos registrados no ativo e passivo circulantes e não circulantes estão representados por transações comerciais junto às Companhias ligadas.

Os saldos com partes relacionadas possuem formalização contratual entre as partes, estabelecem prazos e condições de pagamento.

7. Impostos a recuperar

Descrição – Ativo circulante	2020	2019
ICMS	14.958	12.282
IPI	1.134	1.866
PIS a compensar (a)	1.325	1.257
PIS sobre o faturamento e outros	250	189
COFINS a compensar (a)	6.027	5.686
COFINS sobre o faturamento e outros	1.013	672
IRPJ e CSLL a compensar	1.035	607
Processo plano verão	1.509	-
Outros	761	672
Total	28.012	23.231
Descrição – Ativo não circulante	2020	2019
ICMS	180	180
IPI	150	150
PIS a compensar (a)	146	146
COFINS a compensar (a)	674	674
Outros	150	150
Total	1.300	1.300

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia possui no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, créditos de PIS e COFINS provenientes de suas operações normais sem compensação há mais de 5 anos, porém para todos os valores possui pedidos de restituição através de PERDCOMP (Pedido de Restituição/Declaração de Compensação), realizados para evitar a prescrição.

8. Estoque

Descrição	2020	2019
Produtos acabados	7.088	1.087
Matérias-primas (a)	964	1.010
Material intermediário	56	56
Sucatas	41	-
Total	8.149	2.153

(a) refere-se basicamente ao aço adquirido que será utilizado no processo de fabricação da amarra.

Adicionalmente, a Companhia avaliou seus estoques quanto ao valor líquido de realização e nenhuma provisão para perda foi considerada necessária em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

9. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	2020		2019	
		Custo	Baixa/ Depreciação	Valor Contábil	Valor Contábil
Máquinas e acessórios	5 a 20%	34.241	(22.222)	12.019	12.036
Guindastes e pontes rolantes	4%	1.312	(880)	432	433
Veículos	20%	428	(394)	34	73
Moldes e geradores	30 e 10%	1.453	(1.270)	183	205
Móveis e equipamentos	10%	761	(718)	43	51
Equipamento processamento de dados	20%	690	(684)	6	7
Instalações	10%	601	(542)	59	69
Outros	10 a 15%	310	(180)	130	130
Obras em andamento		36.442	-	36.442	29.590
		76.238	(26.890)	49.348	42.594

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Custo	Máquinas e acessórios	Guindastes e pontes rolantes	Veículos	Moldes e geradores	Móveis e equipamentos	Equip. proc. de dados	Instalações	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	33.936	1.302	3.619	1.453	743	687	575	307	24.460	67.082
Adições	30	3	-	-	7	-	26	3	5.130	5.199
Baixas/ Transferências/Devoluções	-	-	(3.191)	-	-	-	-	-	-	(3.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.966	1.305	428	1.453	750	687	601	310	29.590	69.090
Adições	275	7	-	-	11	3	-	-	6.852	7.148
Baixas/ Transferências/Devoluções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.241	1.312	428	1.453	761	690	601	310	36.442	76.238

Depreciação acumulada	Máquinas e acessórios	Guindastes e pontes rolantes	Veículos	Moldes e geradores	Móveis e equipamentos	Equip. proc. de dados	Instalações	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(21.379)	(860)	(3.481)	(1.161)	(659)	(673)	(524)	(179)	-	(28.916)
Depreciação no exercício	(551)	(12)	(65)	(87)	(40)	(7)	(8)	(1)	-	(771)
Baixas/ Transferências/Devoluções	-	-	3.191	-	-	-	-	-	-	3.191
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(21.930)	(872)	(355)	(1.248)	(699)	(680)	(532)	(180)	-	(26.496)
Depreciação no exercício	(292)	(8)	(39)	(22)	(19)	(4)	(10)	-	-	(394)
Baixas/ Transferências/Devoluções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(22.222)	(880)	(394)	(1.270)	(718)	(684)	(542)	(180)	-	(26.890)

Saldos 31 de dezembro de 2018	12.557	442	138	292	84	14	51	128	24.460	38.166
Saldos 31 de dezembro de 2019	12.036	433	73	205	51	7	69	130	29.590	42.594
Saldos 31 de dezembro de 2020	12.019	432	34	183	43	6	59	130	36.442	49.348

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2020	2019
Banco Plenitude (a)	4.755	-
Banco Itaú (b)	3.783	3.184
Banco Itaú S.A (b)	2.763	3.159
Banco Bradesco conta garantida	1.194	3.000
Banco Daycoval	-	1.239
Banco Daycoval conta garantida	-	375
Santander	-	28
Total	12.495	10.985

(a) cessão de crédito firmado entre a BrasilAmarras e a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. com vencimento em 26 de abril de 2021.

(b) os adiantamentos de contrato de câmbio possuem prazo de vencimento a curto prazo e estão sujeitos a encargos financeiros que variam de 5% a 11% a.a., acrescidos de variação cambial do dólar norte-americano, e com vencimento em 2021.

Movimentação do financiamento

	Saldo em 31/12/2019	Captações	Variação Cambial / Aprop. Juros	Amortizações		Saldo em 31/12/2020
				Principal	Juros	
Total da Dívida	10.985	30.906	1.101	(28.277)	(2.220)	12.495

	Saldo em 31/12/2018	Captações	Variação Cambial / Aprop. Juros	Amortizações		Saldo em 31/12/2019
				Principal	Juros	
Total da Dívida	8.097	38.423	2.379	(35.456)	(2.458)	10.985

11. Fornecedores

Descrição	2020	2019
Gerdau S.A. (a)	4.167	4.951
Ampla Energia e Serviços S.A.	532	497
2W Energia S.A.	407	-
CA LOG Express Transportes EIRELLI	141	15
Sul América Companhia de Seguros	130	118
TCW Serviços de Comercio Exterior	109	-
Águas de Niterói S.A.	104	11
Bangu Tratores e Guindastes LTDA	98	98
ABS-American Bureau of Shipping	89	39
Rental Parts do Brasil LTDA	87	22
Rioshine Serviços Terc. Limpeza	80	80
Materials Test Center Ltda	71	26
Aços Sacchelli Ltda	-	6.492
Outros	3.123	3.485
Total	9.138	15.834

(a) A Gerdau é a principal fornecedora de aços adquiridos pela Companhia no mercado interno, tendo iniciado sua relação comercial em 2011.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

12. Adiantamentos de clientes

Descrição	2020	2019
Sofec INC	-	32.350
Outros	78	-
Total	78	32.350

13. Salários, provisões e encargos sociais

Descrição	2020	2019
Encargos sociais a recolher	3.480	2.477
Provisões de férias / INSS e FGTS	1.343	1.275
Salários e 13o salário a recolher	861	912
Convênios a recolher	780	387
Total	6.464	5.051

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Descrição	2020	2019
IPI a recolher	161	1.161
ISS a recolher	98	75
INSS terceiros a recolher	55	38
IRPJ a recolher	-	1.072
CSLL a recolher	-	306
PIS/COFINS/ CSLL a recolher	-	22
Outros	18	16
Total	332	2.690
Circulante	332	586
Não circulante	-	2.104

15. Parcelamentos e débitos fiscais

Descrição	2020	2019
ICMS	13.633	12.240
INSS	5.568	1.779
IRPJ/CSLL	1.705	528
IRRF	1.369	-
IPI	474	507
Multas	308	-
INSS Retido s/Folha	-	4.475
IRRF Retido s/Folha	-	1.352
Outros	29	25
Juros a apropriar	(10.337)	(7.096)
Total	12.749	13.810
Circulante	1.932	1.100
Não circulante	10.817	12.710

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

16. Impostos Diferidos

Descrição	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	9.665	3.670

A Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser compensado a razão de 30% tais prejuízos. Esta consideração baseia-se na recuperação do seu mercado de atuação que já apresenta consideráveis melhoras.

Em 2020, a Companhia aumentou o resultado diferido em R\$5.995 (R\$573 em 2019).

Conciliação do Imposto de renda (“IRPJ”) e da contribuição social (“CSLL”) ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(13.311)	(6.736)
(-) Compensação de PF e BN da CSLL	-	-
(=) Prejuízo ajustado	(13.311)	(6.736)
Imposto de renda e contribuição social (25% + 10% de adicional sobre valores acima de R\$240.000)	-	-
Ajustes para a demonstração de taxa efetiva:		
Variação cambial não realizada	-	2.921
Despesas não dedutíveis	1.023	2.489
(=) Prejuízo fiscal ajustado – sem alíquota efetiva.	(12.288)	(1.326)

17. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Há também outros processos que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião dos seus advogados, considera contingências com grau de risco possível aquelas cujas chances de perda no processo sejam de menores que prováveis, e maiores que remotas, ou ainda quando não há elementos suficientes para apresentar uma tendência de vitória ou derrota no processo.

Descrição	2020	2019
Depósitos judiciais (a)	743	743
Cauções	96	143
	839	886

(a) refere-se a mandados oriundos de processos fiscais (ICMS, IRRF e CSLL), porém a classificação de perda foi considerada possível.

A Companhia é parte em 9 processos de natureza fiscal no montante de R\$33.638mil (R\$22.064 mil em 2019) e 12 processos de natureza trabalhista contemplando diversas reclamações, algumas sem decisão judicial transitada em julgado para os quais a Administração da Companhia, baseada na legislação pertinente e na opinião de seus consultores jurídicos, classifica o risco de perda como possível.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Compromissos – Responsabilidade por garantia de fabricação

A Companhia concede garantia para os equipamentos de sua fabricação pelo prazo médio de doze meses, a partir da data em que foram colocados à disposição do cliente. A Companhia não tem histórico de reclamações por falhas técnicas dessa natureza e, portanto, nenhuma provisão tem sido constituída.

18. Patrimônio Líquido

• Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social está representado por 4.782.379.917 (2.682.024.661 em 2019) ações ordinárias com valor nominal unitário de um centavo (R\$0,01) cada, com as seguintes participações:

<u>Acionistas</u>	<u>Quant. de ações</u>	<u>%</u>	<u>Valor em R\$</u>
Vicinay Marine Sociedad Limitada	4.782.397.782	99,99999%	47.823.977,82
Ivan Gouvea Labouriau	135	0,00001%	1,35
	<u>4.782.397.917</u>	<u>100%</u>	<u>47.823.979,17</u>

<u>Acionistas</u>	<u>Quant. de ações</u>	<u>%</u>	<u>Valor em R\$</u>
Vicinay Marine Sociedad Limitada	2.682.024.526	99,99999%	26.820.245,26
Ivan Gouvea Labouriau	135	0,00001%	1,35
	<u>2.682.024.661</u>	<u>100%</u>	<u>26.820.246,61</u>

Através da Ata de Assembleia Geral realizada em 10 de janeiro de 2020 a acionista Vicinay Marine Sociedad Limitada aumenta o capital da Companhia no montante de R\$21.004 com emissão de 2.100.373.256 novas ações ordinárias pelo preço unitário de R\$0,01 (um centavo) com as seguintes condições:

- R\$17.224 referente a passivos contraídos com a acionista Vicinay Marine Sociedad Limitada.
- R\$3.780 referente a pagamentos antecipados de exportação efetuados com a Vicinay Marine Sociedad Limitada.

Através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2019, a acionista Vicinay Marine Sociedad Limitada aumenta o capital social da Companhia no montante de R\$5.487 com emissão de 548.686.250 novas ações ordinárias pelo preço unitário de R\$0,01 (um centavo).

Através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2019 a acionista Vicinay Marine Sociedad Limitada aumenta o capital social da Companhia no montante de R\$12.844 com emissão de 1.284.410.358 novas ações ordinárias pelo preço unitário de 0,01(um centavo).

• Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS – BRASILAMARRAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

• Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram registrados dividendos mínimos obrigatórios, pois não houve resultado positivo para distribuição.

Os dividendos a pagar de exercícios anteriores foram transferidos para o patrimônio social como reserva especial.

19. Receita operacional líquida

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Venda de mercadorias	38.766	43.298
Venda de serviços	751	666
Venda de sucatas	636	428
(=) Receita bruta	40.153	44.392
(-) Deduções de vendas	(1.424)	(293)
Venda mercado externo	38.729	44.099

20. Despesas gerais e administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	4.878	5.685
Utilidades e serviços	793	511
Despesas administrativas	352	436
Serviços de terceiros	1.343	1.851
	7.366	8.483

21. Outras receitas operacionais líquidas

A Companhia obteve créditos referente à benefícios tributários no âmbito federal.

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos PIS e COFINS Reintegra	1.088	-
Benefício redução dívida PGFN	9.219	-
Benefício plano verão	1.509	-
Outras (despesas) receitas operacionais	(31)	245
	11.785	245

22. Resultado financeiro líquido

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Variações cambiais ativas	2.303	2.168
Outras	49	232
	2.352	2.400
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(19.943)	(5.242)
Juros sobre empréstimos	(2.220)	(2.458)
Outras	(34)	(894)
	(22.197)	(8.594)
Total	(19.845)	(6.194)

23. Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e nos quadros abaixo:

Descrição	2020	2019
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	38	28
Contas a receber	10.287	41.165
Partes relacionadas	2.945	-
	13.270	41.193
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	12.495	10.985
Fornecedores	9.138	15.834
Partes relacionadas	25.197	3.555
	46.830	30.374

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de taxa de juros

Decorre de a possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar estes riscos, a Empresa possui contratos que lastreiam os ativos e passivos financeiros, mediante a aplicação de taxas pré-fixadas.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Empresa mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Empresa. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa.

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

24. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Empresa e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração da Companhia fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * * * *